

**NORMATIVISMO E SOCIOLINGÜÍSTICA:
ANÁLISE DA GRAMÁTICA APLICADA AOS TEXTOS**

Thiago Soares de Oliveira (UENF)
so.thiago@hotmail.com

RESUMO

O artigo objetiva demonstrar, com fundamentação teórica em autores da sociolinguística, que existem indícios sociolinguísticos no *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante, apontando para uma evolução, ainda que lenta, do desenvolvimento de determinados conteúdos relevantes, mas que não são típicos em um compêndio gramatical. Para isso, adota-se a pesquisa bibliográfica e a abordagem qualitativa, a fim de que sejam apreciados alguns trechos em que o autor se mostra propenso a dar à língua portuguesa um tratamento social semelhante ao que é proposto pela perspectiva geral sociolinguística, de sorte que se possa ponderar acerca da existência de indícios de mudança na maneira de introduzir e orientar os estudos de gramática da língua portuguesa. Ao fim, evidencia-se que a abordagem proposta pelo compêndio gramatical representa, de certa forma, uma evolução no que se refere ao tratamento normalmente dispensado à disciplina gramatical, eis que considera diversos preceitos gerais sociolinguísticos.

Palavras-chave: Linguística aplicada. Ensino de gramática. Sociolinguística.

1. Considerações iniciais

Considerando a riqueza das discussões relacionadas às questões educacionais e as discussões acerca de como devem ser conduzidos os estudos de língua portuguesa, principalmente no que se refere à disciplina gramatical, a fim de que se evite a propagação do preconceito linguístico e do estigma social que uma educação normativa fundamentada puramente nas noções de erro e acerto pode gerar, têm sido frequentes as análises de livros didáticos que se destinam a dar norte ao ensino de português.

Ainda que existam dissidências a respeito do produto educacional e social gerado pelo ensino de gramática, sobre o qual recaem críticas e orientações de diversos matizes, sempre com o intento de colaborar para promoção da inclusão social e para a elevação do indivíduo a "dono" da sua própria língua, há de se reconhecer que, mesmo lentamente, as obras que se pretendem com finalidades didáticas para o ensino da disciplina gramatical têm apresentado contornos em plena evolução. Isso pode ser percebido pelo aumento do número de publicações de gramáticas que tomam o texto como ponto de partida para o ensino da norma, como é o

caso do *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante (2001).

Essa obra, diferentemente de vários compêndios de normas, propõe-se a trabalhar a gramática partindo das diferentes tipologias textuais com o propósito de tornar útil o ensino da matéria, além de menos árida a exposição das terminologias, que geralmente interessam mais aos especialistas do que aos alunos. Além disso, os exercícios propostos são mais intelectivos do que classificatórios, o que, de certa forma, não é usual em gramáticas normativas, cujo foco é a exposição/explicação seguida de exercícios de identificação e classificação. Contudo, emerge uma questão nesse contexto: até que ponto um compêndio gramatical, normalmente rotulado de instrumento de dominação, pode dar à língua portuguesa um tratamento verdadeiramente social sem desconsiderar a importância da padronização?

Com base nesse problema, mas sem o propósito de esgotar o assunto, este trabalho analisa criticamente a obra de Infante (2001) com o intuito de ponderar a respeito da hipótese de evolução da gramática normativa em relação ao tratamento dispensado à língua portuguesa. Apenas o *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* foi selecionado como corpus para a análise em razão do desígnio aqui existente de se avaliar o quanto de perspectiva sociolinguística há na obra do autor.

2. Breves ponderações sobre o tema escolhido, o ano da obra em questão e a análise proposta

Dada a riqueza e a importância da temática relacionada à análise de livros didáticos, já amplamente discutida por diversos autores, especialmente quando se trata de obras de reconhecida qualidade, adotou-se como objeto de estudo o *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante, com o intuito de verificar se existem indícios que apontam para aplicação de algumas das principais noções gerais da sociolinguística. Para isso, parte-se do pressuposto geral sociolinguístico de consideração da língua como prática social, em contraposição aos excessos de padronização e normativização comuns em gramáticas.

Nesse sentido, para dar conta do tema escolhido, este trabalho ampara-se, a princípio, no entendimento de Mollica (2013) acerca da multiplicidade de campos de interesse relacionados à sociolinguística, e não apenas da questão da variação e da mudança linguísticas, sendo estes

os focos principais da vertente variacionista. Utilizam-se, também, autores como Alkmim (2001) e Bagno (2007a), além de outros que podem fornecer subsídio teórico ao desenvolvimento do trabalho analítico. Logo, não se deve afirmar que uma pesquisa cujo objetivo precípuo é o de analisar um possível tratamento social dado à língua portuguesa a partir de uma obra que se pretende gramatical é cientificamente contraproducente, na medida em que a abordagem referente aos contornos da heterogeneidade linguística também é assunto caro à sociolinguística.

Dessa forma, a articulação teórica aqui impendida não esgota os inúmeros trabalhos desenvolvidos na área da análise de materiais didáticos, tampouco desconsidera, pela não utilização, a importância de obras de renomados autores, tais como Travaglia, Franchi e Neves, por exemplo. Neste artigo, assim como em outros trabalhos acadêmicos, a fundamentação teórica parte da opção autoral e dos fins que se pretende atingir, não invalidando, portanto, enfoques próprios de análise nem enfoques outros que englobem referências e diálogos com outras obras que observem os aspectos da sociolinguística e da gramática. Trata-se, aqui, apenas do exercício da liberdade acadêmica do pesquisador em prol das diversas formas a partir das quais o conhecimento pode ser produzido.

Relativamente ao objeto de análise, a escolha da versão do ano de 2001 não diminui ou nulifica as vias analíticas nem a relevância da abordagem, principalmente porque não há entre esta versão e a de 2012, última edição, diferenças significativas na estruturação, na pretensão e no conteúdo da obra. Desta feita, fica consignado e justificado que, nesse caso, o ano da obra não influencia, macula ou prejudica a análise qualitativa nem os objetivos pretendidos, já que o enfoque do artigo está pautado nos princípios gerais da sociolinguística. Além do mais, por se tratar de versão ampliada, a análise da publicação de 2001 se justifica pela possibilidade de conter mais elementos para a construção do trabalho.

Por fim, é preciso pontuar que, para dar conta dos objetivos de análise traçados, percorrem-se as partes da obra de Infante (2001), tecendo-se considerações e suscitando críticas com base em autores cujas obras fornecem elementos teóricos para a articulação necessária à análise, sem que se esgotem, entretanto, as diversas possibilidades a partir das quais se pode tecer a análise de um material didático.

3. *Considerações sobre distância temporal que separa a gramática normativa da sociolinguística*

Temporalmente distante da época quando ocorriam as embrionárias discussões sobre linguagem/língua que, posteriormente, viriam a compor o que hoje se denomina gramática tradicional, "materializada, por assim dizer, no gênero literário conhecido como gramática normativa" (BAGNO, 2010, p. 15), a sociolinguística surge como uma das subáreas da linguística, mas com o intuito de estudar a língua em uso no seio das comunidades de fala, "voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais" e integrando-se "num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo". (MOLLICA, 2013, p. 9)

A princípio, a sociolinguística, por considerar que "todas as línguas apresentam um dinamismo inerente" (*Idem, ibidem*) e que "linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável" (ALKMIM, 2001, p. 21), tem como objeto principal a variação, "entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente" (MOLLICA, 2013, p. 10), e partindo do pressuposto de que tanto os fatores estruturais quanto os sociais podem influenciar as alternâncias de usos. Nessa linha de percepção, é de suma importância o entendimento de que, ao dar destaque à questão da variação na língua portuguesa, a sociolinguística objetiva "relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social" (BAGNO, 2007a, p. 38).

Desse modo, heterogeneidade linguística e variação são conceitos intimamente relacionados, visto que "nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico" (BAGNO, 2007b, p. 52). Essa assertiva de Bagno (2007b) sobre a oralidade estende-se também à questão da escrita por ser esta "uma tentativa de representação gráfica, pictórica e convencional da língua falada" (*Idem, ibidem*, p. 53-54). Vale pontuar que, com efeito, tal comentário do autor é interessante, uma vez que, mesmo escorada nos sinais de pontuação, a escrita dificilmente conseguiria registrar ou reproduzir fidedignamente, por exemplo, os aspectos relativos à entonação do falante, os quais, correlacionados às expressões faciais e à gesticulação, emergem peculiarmente e em consonância com cada situação comunicativa.

Sem embargo das asserções de Bagno (2007b), obviamente não há de se generalizá-las no que diz respeito ao tratamento formal da língua tampouco no que se refere às considerações de gramáticos e estudiosos a partir dos quais foi possível a formação da própria sociolinguística. O melhor seria, nesse caso, entender que

É necessário levar em conta que os estudiosos do fenômeno linguístico, como homens de seu tempo, assumiram posturas teóricas em consonância com o fazer científico da tradição cultural em que estavam inseridos. Nesse sentido, as teorias de linguagem, do passado ou atuais, sempre refletem concepções particulares de fenômeno linguístico e compreensões distintas do papel deste na vida social. (ALKMIM, 2001, p. 21-22)

Segundo Mollica (2013, p. 10), a sociolinguística comporta muitas áreas de interesse, tais como "contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção linguística, multilinguismo, variação e mudança" e "considera a importância social da linguagem, dos pequenos grupos socioculturais a comunidades maiores". Assim como a variação, que é apenas um dos focos a que se dedica tal ciência, também o estigma linguístico e a mobilidade social constituem tema de interesse e relevância para a sociolinguística. Isso significa que a preocupação sociolinguística não se esgota no estudo na variação linguística.

Sobre a variação, Bagno (2007a) explica que se trata da heterogeneidade, da multiplicidade, da variedade e da instabilidade que são inerentes à língua, por ser esta "uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita" (BAGNO, 2007a, p. 36). Por isso, a variação é capaz de ocorrer em todos os níveis da língua, podendo ser: fonético-fonológica; morfológica; sintática; semântica; lexical; estilístico-pragmática.

Apesar de heterogênea, a variação da língua "não é aleatória, fortuita, caótica – muito pelo contrário, ela é estruturada, organizada, condicionada por diferentes fatores" (BAGNO, 2007a, p. 40), sejam eles linguísticos ou extralinguísticos. Entretanto, dizer que a língua varia porque é heterogênea não significa dizer que o uso da língua portuguesa por seus falantes não esteja condicionada "a uma série de restrições que fazem com que cadeias do tipo 'a casa' sejam perfeitamente normais enquanto outras cadeias do tipo 'casa a', por exemplo, não sejam usuais" (NARO, 2013, p. 15). Assim, existem restrições linguísticas tão fortes, que são denominadas categóricas, devido ao fato de serem de ocorrência praticamente impossível no português. Fatos desse tipo, resultantes de uma

condição imposta pela língua, são chamados de fatores linguísticos de condicionamento.

Diferentemente, os condicionantes extralinguísticos "são um conjunto de fatores sociais que podem auxiliar a identificação dos fenômenos de variação linguística" (BAGNO, 2007a, p. 43), ou seja, são extrínsecos à língua em si. Tais fatores podem ser de origens diversas, tais como: status econômico, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho, origem geográfica, etc. Isso justifica por que "cada fenômeno deve ser estudado levando-se em conta a matriz social que lhe é própria" (NARO, 2013, p. 16). Aliás, se assim não o fosse, os fenômenos linguísticos estariam sujeitos à inflexibilidade e à visão estática, que em nada condizem com a dinamicidade inerente à língua.

Nessa linha de raciocínio, entende-se que a sociolinguística correlaciona "as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo cada domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares" (CAMACHO, 2001, p. 51). Para essa ciência, é de suma importância a análise dos fatores sociais que condicionam a língua, por entender que "a diversidade é uma propriedade funcional e inerente aos sistemas linguísticos" e, por isso, "o papel da sociolinguística é exatamente enfocá-la como objeto de estudo, em suas determinações linguísticas e neolinguísticas". (*Op. cit.*, p. 55)

Assim sendo, a gramática normativa, considerada como perpetuadora da gramática tradicional, é constante alvo de críticas em razão de seu estreito vínculo com uma linguística mais tradicional que "pensa a língua como o produto de uma lógica secreta irredutível, não raro qualificada como um código" (HANKS, 2008, p. 48). Normalmente, essas críticas dizem respeito ao estigma e preconceito linguísticos que a proposição da padronização acaba por conduzir, senão impor, e partem de linguistas² preocupados com o viés social que é inerente à língua. Por isso, é importante assumir a análise da gramática de Infante (2001), o que será empreendido adiante, já que a obra contém indícios de evolução no tratamento da língua.

² A linguística, tal como hoje é compreendida, inclui todos os tipos de exame dos fenômenos da linguagem, inclusive os estudos gramaticais tradicionais e a filologia (WEEDWOOD, 2002). Por isso, adota-se o acepção de Koch (2012), que considera a preocupação dos gramáticos com a forma; a dos linguistas, com o texto/discurso.

4. Os pontos em que o normativismo e as perspectivas sociolinguísticas se encontram: o posicionamento neoformalista de infante

4.1. A obra:

Apresentação e Parte I (A comunicação oral e escrita)

Passando à análise preliminar do *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante (2001), nota-se, na apresentação da obra, a preocupação do autor em dar utilidade ao ensino de gramática "de forma que ela possa constituir um poderoso instrumento na utilização diária da palavra falada e escrita" (INFANTE, 2001, p. 3), partindo, para tanto, da subordinação dos conteúdos gramaticais ao estudo dos textos, considerando estes em sentido amplo. Logo, percebe-se a intenção do autor em relação à importância do trabalho com os diversos gêneros textuais, tais como "poemas, letras de canções, anúncios publicitários, [...] e, principalmente, textos de jornais e revistas de grande circulação". (*Idem, ibidem*)

Ao igualar a língua falada à escrita, o gramático deixa entrever a forma como pretende abordar a disciplina gramatical, ou seja, o autor, à primeira vista, não tenciona desprezar totalmente os fenômenos da língua oral com o intuito de "impor a ferro e fogo a língua literária como a única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação linguística que merece ser estudada", conforme entende Bagno (2007b, p. 57), tampouco pretende fazer "uma apresentação anacrônica da língua, isto é, desvinculada dos usos reais contemporâneos [...]" (BAGNO, 2007a, p. 141). Ao revés, o gramático projeta explicitamente a intenção de utilizar "textos contemporâneos, produzidos numa forma de língua apropriada a um ensino atualizado e dinâmico" (INFANTE, 2001, p. 3). A propósito disso, até mesmo o manejo das palavras com que constrói a apresentação de sua obra, valendo-se de "língua apropriada" em vez de "língua correta", distancia-se do típico binômio erro/acerto que é atribuído aos compêndios gramaticais em geral.

A despeito dessa constatação, o autor provavelmente se equivoca ao destacar a importância de "textos que constituem um apreciável elenco de modelos – estrutural e linguisticamente falando" (INFANTE, 2001, p. 3), uma vez que, ao admitir a existência de modelos estruturais e linguísticos para a fala e a escrita, necessariamente acolhe que "algumas formas de expressão podem estigmatizar socialmente seus falantes, enquanto outras podem valorizá-los socialmente" (CAMACHO, 2001, p. 67). Ainda que os textos-modelo a que se refere Infante (2001) não te-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

tenham sido destacados como referenciais exclusivos para o ensino, já se pode notar o primeiro ponto em que a disciplina gramatical tende a sistematizar os fatos da língua, o que, de certa forma, é inteligível, visto que, "nas condições particulares de sua emergência, a gramática é normativa". (FIORIN, 2013, p. 37)

Isso não significa, todavia, que são inexistentes tanto a necessidade de normatização quanto a de modelos estruturais e linguísticos. Na verdade, os textos de rigor científico, a fim de se adequarem às exigências dos periódicos especializados e similares, por exemplo, passam pelo crivo de revisores e outros especialistas em gramática com o objetivo de que as informações transmitidas portem precisão, coerência e coesão, além de outros elementos de eficácia para que texto científico mantenha sua capacidade informativa e agregadora a qualquer tempo. Sabe-se que, nesses casos, a normatização é exigência do periódico, e não a faculdade do pesquisador ou estudioso que submete seu trabalho às revistas científicas.

Nesse sentido, a conveniência ou mesmo imposição de um padrão linguístico uniforme é clara exceção, mas necessária a uma regra geral e, devido a essa necessidade científica apenas recrutada como exemplo dentre outros existentes, há sim espaço para os estudos da gramática normativa. Não se pode, contudo, de modo premente, deduzir que o ensino da norma-padrão de forma impositiva, valorativa e como único meio de ascender socialmente dê conta do preenchimento das lacunas socioculturais existentes em uma dada sociedade, sob pena de se adentrar "na rejeição à língua e no desenvolvimento de um processo de insegurança linguística". (CAMACHO, 2001, p. 69-70)

No que concerne ao sumário da obra, de imediato se percebe a relevância dos aspectos da comunicação oral e escrita, aos quais o autor dedica os oito primeiros capítulos, todos componentes da Parte I, intitulada "Comunicação oral e escrita". Nessas seções introdutórias, o professor dedica-se a tópicos diversos, dentre eles a língua falada e a língua escrita. Os demais capítulos versam sobre aspectos gerais relacionados a: comunicação, texto falado, texto escrito, leitura e noções preliminares acerca da importância do estudo de gramática. Relativamente à Parte II, "Gramática da língua portuguesa formal", estão dispostos os capítulos de 9 a 35, dedicados, de forma peculiar, ao tratamento da norma-padrão. Ao final, encontra-se o "Apêndice", Parte III da gramática, o qual se limita ao acréscimo de noções gerais relativas à variedade padrão, noções ele-

mentares de estilística e questões de vestibulares, já que se trata de obra direcionada ao ensino médio.

Embora a obra de Infante (2001) seja intitulada de gramática, o autor parece preocupar-se com a equidade entre as línguas falada e escrita, entendendo que "a vida humana é um processo contínuo de comunicação" e que, por isso, aprimorar a capacidade comunicativa "é uma forma de ampliar seu relacionamento com o mundo, tornando-se apto a compreender melhor a realidade a fim de poder transformá-la" (INFANTE, 2001, p. 12). Para o gramático, "a língua portuguesa – falada ou escrita – é sempre um elemento fundamental desse intercâmbio de experiências e indagações humanas" (INFANTE, 2001, p. 12). Esse entendimento que dá importância isonômica tanto à fala quanto à escrita pode ser corroborado, preliminarmente, pelos gêneros textuais de uso corrente selecionados pelo autor, forma pela qual o professor se avizinha à concepção sociolinguística de que "o falante adquire primeiro as variantes informais e, num processo sistemático e paulatino, pode vir a apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária" (MOLLICA, 2013, p. 13), ambas também contempladas na obra do autor.

Seguindo esse eixo de análise, Infante (2001) se aproxima ainda mais da visão social que é inerente à língua, surpreendendo ao expor, relativamente à fala e à escrita, que o emissor da mensagem, ou seja, o produtor do texto falado ou escrito, "deve considerar as características sociais e psicológicas do receptor" (INFANTE, 2001, p. 17), dependendo disso o sucesso ou não das informações transmitidas. Por isso, o texto deve adequar-se "às expectativas de quem o vai ler e às finalidades que você pretende alcançar" (INFANTE, 2001, p. 17). Essas observações, além de revelarem flexibilidade autoral no que concerne ao manejo da língua, decerto consideram a "capacidade de operar uma seleção entre formas alternativas possíveis, conforme as circunstâncias sociais de interação" (CAMACHO, 2001, p. 69), sendo tal capacidade, para a sociolinguística, "um dos atributos mais relevantes da competência comunicativa do falante". (*Idem, ibidem*)

Com efeito, mesmo que os sociolinguistas tendam a se concentrar no estudo da variação linguística (LYONS, 2011), as questões relacionadas ao preconceito linguístico e ao estigma social têm grande relevância e destaque nessa área dos estudos da linguagem. Sobre isso, é importante entender que

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

não faz sentido querer substituir a velha norma-padrão por outra, supostamente mais atualizada. Temos que lutar, sim, é para permitir o convívio tranquilo e tolerante entre as muitas formas de se dizer a mesma coisa, reconhecendo nelas uma riqueza da nossa língua e, por conseguinte, da nossa cultura e da nossa vida pessoal. (BAGNO, 2007a, p. 158)

Embora Infante (2001, p. 22) considere que "a língua é o principal código desenvolvido e utilizado pelos homens para as necessidades comunicativas de sua vida social", assertiva que muito evoca a concepção social proposta e não aprofundada por Saussure (1995) a respeito de língua, o gramático, que é professor doutor³ em Letras pela Universidade de São Paulo e docente da Universidade Federal do Ceará, não deixa de ressaltar que, na verdade, "língua é um conceito amplo e elástico, capaz de abarcar todas as manifestações individuais" (INFANTE, 2001, p. 25). Eis aí um dos pontos em que o normativismo do autor e a questão da variação linguística de fato se unem.

No que concerne à variação, Labov (2008, p. 19), considerado o pai da teoria da variação, percebeu que, relacionando-se o complexo padrão linguístico com diferenças concomitantes na estrutura social, seria possível "isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico". Em seus trabalhos, Labov (2008, p. 21) não se restringia à mera quantificação de dados sem um propósito definido. Ao revés, o autor pretendia desvelar fatores sociais em relação ao processo linguístico, uma vez que "não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre". Assim, os estudos de William Labov são assaz férteis ao demonstrar como linguagem e sociedade são intimamente relacionadas.

Sobre esse assunto, Infante (2001, p. 25) legitima, como bom conhecedor dos aspectos normativos da língua e também dos que se pretendem realmente sociais, que "a língua é um verdadeiro 'contrato' que os indivíduos de um grupo social estabelecem", ou seja, é convencionalizada. E, sendo convenção, o autor reconhece que "o conceito de língua é bastante amplo, englobando todas as manifestações individuais, com suas incontáveis possibilidades. Dentro desse extenso universo, há também variações que não são decorrentes do uso individual da língua, mas sim de outros fatores". (*Idem, ibidem*)

³ Informação extraída da Plataforma Lattes CNPQ em 08 de julho de 2014 e disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4745125H8>, link onde se acha registrado que a obra *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* se encontra na 7ª edição, publicada em 2012.

Na citação acima, há o expresso aceite de que a língua é heterogênea, estando condicionada a fatores linguísticos e extralinguísticos. De mais a mais, Infante (2001) entende tal heterogeneidade como ordenada, tal como Bagno (2007a, 2007b), Mendes (2013) e Mollica (2013), autores da sociolinguística. Vale ressaltar aqui, com propósito explicativo, que é em razão dessa heterogeneidade obviamente intrínseca à língua que Labov afirma não ser "necessário esclarecer o que é linguística – pelo menos entre os membros da comunidade científica, possivelmente" (MENDES, 2013, p. 114). Nesse sentido, afirma Labov (2008, p. 13): "por vários anos, resisti ao termo sociolinguística, já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social".

Ocorre que, para estudiosos como Bagno (2010, p. 19), a gramática tradicional, materializada pela gramática normativa, é doutrinária, e não científica, pois "não aderiu à revolução epistemológica da era moderna, não substituiu seus métodos baseados na afirmação das autoridades antigas pelos métodos científicos da observação de dados". Logo, se o caráter científico não for atribuído aos estudos normativos da gramática, não se pode exigir dela um forçado comportamento científico à base do excesso de críticas, pois isso seria, por si só, uma atitude no mínimo contraditória.

Retomando à análise da obra de Infante (2001), percebe-se que o tratamento específico da variação linguística não é, obviamente, o objetivo precípua do compêndio, limitando-se apenas às páginas 26 e 27, a partir das quais se pode sintetizar que, para o autor, não há motivo algum para que se considerem os falares e dialetos que constituem as variações de ordem geográfica formas inferiores às outras formas de falar. O autor reconhece, inclusive, que as classes sociais que não dominam a variedade padrão, que se supõe de maior prestígio, são vítimas de preconceito (INFANTE, 2001). Isso demonstra que o autor entende a importância do combate ao preconceito linguístico, noção tão cara à sociolinguística, bem como reconhece a relevância da noção de variação, ainda que não a desenvolva com profundidade, provavelmente porque obra analisada não se propõe um manual de linguística.

De qualquer forma, o registro da consideração da variação, ainda que de modo precário, pode ser considerado um relevante passo para o tratamento da questão variacional, que encontra franco e profundo respaldo nos estudos labovianos. Vale ressaltar, nesse ponto, que Labov (2008) partiu da seleção de variáveis fonéticas para o desenvolvimento

de seu trabalho na ilha de Marthas's Vineyard, construindo, a partir disso, sua dissertação de mestrado. Mais tarde, ao desenvolver sua tese de doutorado com base em dados obtidos a partir dos estudos da estratificação social do inglês na cidade de Nova Iorque, o autor refinou a compreensão do mecanismo de mudança linguística, embora a abordagem básica tenha sido articulada nos mesmos moldes de Martha's Vineyard.

Nessa linha de pensamento, se se encontram registros e considerações a respeito da variação linguística em um compêndio que se pretende gramatical, talvez isso constitua um indício de que, futuramente, a compreensão acerca da questão variacional pode ser refinada em outro trabalho. Assim como Labov (2008) considerou sua tese de doutoramento como um refinamento das proposições contidas em sua dissertação de mestrado, a consideração da variação pode vir a ser objeto de maior atenção em obras gramaticais mais adiante. Obviamente, não se pretende comparar os trabalhos de Labov (2008) e Infante (2001), até porque possuem objetivos claramente distintos, mas levantar a possibilidade de que, futuramente, a variação linguística seja um tópico ao qual se dediquem várias laudas em uma gramática, assim como ocorre com a sintaxe e a morfologia, por exemplo.

A fim de reforçar o que foi anteriormente exposto e demonstrar que Infante (2001) revisita, e talvez até adiante alguns dos entendimentos de Bagno (2007a, 2007b) no que concerne ao preconceito linguístico, bem como os de Fiorin (2013) e os de Mollica (2013) acerca das noções de variação, vale registrar que, para o gramático, "o idioma é, portanto, um instrumento de dominação e discriminação social" (INFANTE, 2001, p. 26). Decerto, tal afirmação, registrada na obra de um gramático, é também um bom indício de que o autor pode ser mais bem caracterizado como um neoformalista ou neonormativista⁴, haja vista a preocupação com os aspectos verdadeiramente sociais da língua, sem desconsiderar, porém, a importância do tratamento normativo.

Em diferentes situações comunicativas, um mesmo indivíduo emprega diferentes formas de língua. Basta pensar nas atitudes que assumimos em situações formais (como, por exemplo, um discurso numa solenidade de formatura) e em situações informais (uma conversa descontraída com amigos, por exemplo): em cada uma dessas oportunidades, empregamos formas de língua dife-

⁴ Ambos os termos foram utilizados para que se atinjam as finalidades analíticas específicas deste trabalho. Trata-se de uma tentativa de perceber o autor não como um purista preocupado puramente com a prescrição, mas como um escritor de um compêndio gramatical peculiar, se comparado a autores e obras mais tradicionais.

rentes, procurando adequar nosso nível vocabular e sintático ao ambiente linguístico em que no encontramos. (INFANTE, 2001, p. 27)

Trata-se acima da chamada variante situacional, a partir da qual o autor citado concebe que língua falada e língua escrita são dois códigos distintos "cada qual com suas especificidades" (INFANTE, 2001, p. 27), o que significa que fala e escrita nem sempre devem seguir os mesmos procedimentos formais. A propósito, Bagno (2007b) derruba o mito de que "o certo é falar assim porque se escreve assim", mito número 6 de *Preconceito Linguístico: O Que É, Como se Faz* e, ao que parece, Infante (2001) não tenciona propalar em sua obra tal equívoco, compreendendo que, conquanto haja diferenças básicas entre a língua falada e a escrita, não se trata de duas línguas diferentes, presente, contudo, a importância das situações de uso de uma e outra, bem como as referências precisas que lhes são peculiares.

Nesse sentido, é importante asseverar a notoriedade e a relevância da discussão acerca do embate entre fala/oralidade e escrita, e pontuar que Infante (2001) reserva da página 12 à página 86 para discutir o assunto, com ênfase nos capítulos de 3 a 6. Contudo, os sociolinguistas, diferentemente dos gramáticos (ou linguistas da forma), partem do "pressuposto de que heterogeneidade manifestada na fala pode ser analisada de forma coerente" (MONTEIRO, 2002, p. 83). Na verdade, a fala é enfatizada nos estudos sociolinguísticos; a escrita, nos gramaticais. Isso, entretanto, não significa a impossibilidade de uma abordagem invertida dos objetos de estudo (fala/escrita) quando necessário ao fazer analítico pesquisador.

De qualquer forma, se a fala e a escrita forem posicionadas em campos extremamente distintos de análise e delimitadas como objeto precípuo de estudo apenas para a gramática e a sociolinguística, respectivamente, ficam relegadas ao esquecimento as outras disciplinas⁵ que promovem um tratamento diverso a esse binômio ou a um dos elementos que o constitui. Aqui, em razão dos objetivos delimitados, não vem ao caso o aprofundamento dos objetos de estudo de outras áreas do conhecimento. Vale, no entanto, o registro de que, quando o termo sociolinguística surgiu em meados dos anos de 1960, em congresso organizado por William Bright na Universidade da Califórnia, os estudos gramaticais padronizadores da língua já existiam há bastante tempo, o que, com efei-

⁵ São alguns exemplos: a filologia, sociologia da linguagem, a etnografia da comunicação, a dialetologia, a geografia linguística e a pragmática, cada qual com uma forma própria de abordar a língua.

to, coaduna-se com o entendimento de Monteiro (2002) no que se refere ao fato de a língua ser objeto de estudo de vários ramos do conhecimento, distinguindo-se pela forma de análise desse objeto.

Diferentemente do típico tratamento gramatical dispensado à fala, Infante (2001, p. 34) explica que "a característica básica da língua falada [...] é sua profunda vinculação às situações em que é usada". Isso porque, diferentemente da língua escrita, que busca a suficiência em si mesma, "a comunicação oral normalmente se desenvolve em situações em que o contato entre os interlocutores é direto" (INFANTE, 2001, p. 34). Por isso, o vocabulário utilizado é fortemente alusivo e marcado por fatos da língua falada. Contrariamente, na língua escrita, a distância entre a pessoa que redige e o indivíduo que lê acaba por exigir "uma linguagem mais precisa e menos alusiva" (*Idem, Ibidem*), o que não sinaliza, contudo, a superioridade da escrita em relação à oralidade, e vice-versa, mas que cada uma delas tem serventia a uma determinada forma de comunicação.

Por entender a importância de ambas as formas de se comunicar, o autor se coaduna à concepção de que a gramática surgiu para "investigar as regras da língua escrita para poder preservar as formas consideradas mais 'corretas' e 'elegantes' da língua literária" (BAGNO, 2007b, p. 56), ao ressaltar que "o modelo oferecido pelos grandes escritores, por exemplo, não é sempre coerente: eles, afinal, produziram objetos literários, apropriando-se da língua com finalidades expressivas" (INFANTE, 2001, p. 82). Na verdade, os literatos mais incorporam as preocupações estéticas do que as necessidades da prática comunicativa do cotidiano. Sem embargo dessa percepção, o professor assevera que a prática da reflexão sobre os mecanismos e recursos da língua é uma aliada tanto para a produção de textos quanto para a interpretação, em razão do enriquecimento linguístico proporcionado ao indivíduo pela associação entre a língua coloquial e a norma culta⁶ (INFANTE, 2001).

4.2. A obra: Partes II (Gramática da Língua Portuguesa Formal) e III (Apêndice)

A Parte II da *Gramática Aplicada aos Textos* dedica-se a prescrever, ainda que com ressalvas do autor, as regras de uso da norma-padrão

⁶ Bagno (2007a) trabalha com a concepção de que a expressão "norma culta" não é sinônima de "norma-padrão".

da língua portuguesa. Nos capítulos que compõem essa parte do compêndio, mesmo possuindo características peculiares atinentes aos exercícios propostos, há preocupação com a prescrição e com a padronização, o que é típico de uma gramática. Nessa parte, não parece haver adesão aos preceitos apregoados pela linguística⁷, uma vez que esta "não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim)". (FIORIN, 2013, p. 37)

Vale ressaltar, a propósito desse assunto, que, por se tratar de um compêndio gramatical, a obra de Infante (2001) não discute a respeito da existência ou não de cientificidade nas gramáticas normativas tampouco se debruça sobre as distinções entre a linguística do texto e a do sistema. o autor apenas demonstra, com a inserção da parte i, analisada anteriormente, uma preocupação em conferir à língua um caráter mais social, tendo considerações que levam o leitor/estudante a esperar uma exposição do padrão normativo de modo menos árido e mais flexível, o que verdadeiramente não ocorre. Em outras palavras, a inovação existente na Parte II do compêndio está unicamente relacionada à forma de avaliação a partir da inserção de exercícios baseados nos diversos gêneros textuais. Esses exercícios, contudo, dividem espaço com as usuais atividades classificatórias, próprias de compêndios normativos, e não oportunizam, de regra, a discussão da variação linguística, pressuposto específico da sociolinguística variacionista (ou variacional).

Passando então à questão relativa aos exercícios propostos para a avaliação do aprendizado da norma, é preciso salientar a importância da presença de textos verbais e não verbais para apreciação, de tirinhas de humor/gravuras para interpretação e de textos para análise na gramática de Infante (2001), haja vista a necessidade de rompimento com a continuidade, no ambiente escolar, de um ensino de gramática contaminado, desvinculado da prática social e da realidade discente. Nesse sentido, Silva e Moraes (2011, p. 120) explicam que "os discursos sobre a prática docente nessa área denunciavam a manutenção de um ensino transmissivo da gramática na escola, que se restringia à identificação e à classificação de formas linguísticas e ao estudo da 'língua padrão', seguindo uma orientação dedutiva (conceito ou regra – exemplo – exercício)".

⁷ Trata-se aqui da linguística do texto ou do discurso, em confronto com a gramática normativa, considerada linguística da forma ou do sistema.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

Na *Gramática Aplicada aos Textos*, a avaliação do aprendizado da norma-padrão não se limita aos exercícios classificatórios, embora estes figurem em todos os capítulos que compõem a Parte II da obra, assim como ocorre com os gêneros textuais para análise. O que se percebe acerca da presença dos textos é que, se bem aproveitados pelo professor, é possível dar à gramática um tratamento mais contextualizado e próximo do cotidiano do aluno, sem, todavia, contemplar a importante questão da variação linguística. A propósito disso, Camacho (2001, p. 72) aponta que "a solução desse conflito parece evidente. É acreditar no modelo da diferença e adotar outra estratégia para o ensino da língua materna. Afinal de contas, o ensino da variedade padrão não necessita ser substitutivo e, por isso, não implica a erradicação do dialeto marginalizado".

Isso significa que, mesmo não havendo disposição ou interesse para o tratamento da variação linguística no seio dos compêndios normativos, o assunto não deve ser abandonado ou desprezado, sob pena de que as práticas pedagógicas permaneçam "assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tomando-se como referência o padrão culto" (MOLLICA, 2013, p. 13). Por isso, as diversas variedades linguísticas, tantas quantas forem possíveis, devem ser contempladas no ensino de língua portuguesa, e o ensino de gramática deve ser conduzido de forma que se respeitem as diferenças linguísticas. Ao que parece, "os professores estão encontrando soluções alternativas para inovar o ensino de gramática" (SILVA & MORAIS, 2011, p. 122) e isso inclui, decerto, a recorrência a outras obras não gramaticais para auxílio no fazer educativo.

A despeito da intenção de Infante (2001) contida na "Apresentação" da obra, a Parte II da gramática atém-se à forma escrita da língua. A questão da importância da língua falada, bem como de sua equiparação com a língua escrita, é conceitualmente asseverada em alguns trechos contidos na Parte I do compêndio, dentre eles quando o autor explica que "individualmente, cada pessoa pode utilizar a língua de seu grupo social de uma maneira particular, personalizada. [...]. No entanto, sua expressão oral e escrita deve estar contida no conjunto mais amplo que é a língua portuguesa" (INFANTE, 2001, p. 25). Para melhor ilustrar a dupla forma avaliativa de conhecimentos proposta pelo autor, eis alguns exemplos de enunciados retirados da obra com seus respectivos capítulos, tal como proposto:

4.2.1. Fonologia

Avaliação textual

1. "Há muita semelhança sonora entre as palavras que aparecem no título do anúncio. Comente." (p. 91).

Tirinha de humor/Gravura

2. "O humor obtido com base na falta de correspondência exata entre fonemas e letras. Reflita: em qual dos casos estudados na página anterior se enquadra o par foice/foi-se?" (p. 93).

Avaliação que se aproxima da classificatória

3. "Classifique os encontros vocálicos das palavras abaixo: (p. 98)".

4.2.2. Estudo dos verbos (III)

Avaliação textual

1. "Releia atentamente a última estrofe do poema e responda: o que significam as construções verbais *morar-te* e *morrer-te*? Comente." (p. 256).

Tirinha de humor/Gravura

2. "Qual o efeito argumentativo das fotos das crianças?" (p. 258).

Avaliação que se aproxima da classificatória

3. "Complete as frases abaixo com verbos auxiliares. Atente nas indicações de tempo fornecidas em cada frase para completá-las corretamente:" (p. 274).

4.2.3. Estudo dos pronomes

Avaliação textual

1. "Quais os sentidos com a palavra 'senhor' é empregada no texto. Apon-te passagens que justifiquem sua resposta." (p. 351).

Tirinha de humor/Gravura

2. "As duas empresas atuam em setores econômicos muito diferentes, mas seus anúncios exibem certa afinidade, no que se refere à utilização

dos pronomes de tratamento. Você saberia dizer em que consiste essa afinidade? Qual a interpretação que você propõe para tal usos dos pronomes de tratamento?" (p. 358).

Avaliação que se aproxima da classificatória

1. "Substitua a palavras ou expressões destacadas nas frases abaixo por pronomes indefinidos. Em alguns casos, você terá de fazer alterações na concordância para obter frases bem-formadas." (p. 369).

Como se pode observar, Infante (2001) se vale de formas distintas para avaliar o conhecimento e a capacidade intelectual do aluno. Isso é muito bem demonstrado nas avaliações textuais, que mesclam a possibilidade do ensino de gramática à compreensão do texto, forma decerto bem mais interessante que a mera classificação/identificação. Além do mais, as tirinhas de humor e/ou gravuras presentes nos capítulos da obra reforçam a avaliação da capacidade interpretativa aliada a gêneros textuais que integram o cotidiano discente. Dentre os exercícios que se aproximam de uma avaliação classificatória, estão presentes não só questões de caráter terminológico, mas também questões que se pretendem instigantes e marcam uma suposta evolução na forma avaliativa classificatória. Eis dois exemplos de atividades desse tipo, contidas no capítulo *Estudo dos pronomes*:

1. "Explique a ambiguidade (*sic*) da frase seguinte e proponha alguma forma de resolvê-la: Há quem defenda que se deva considerar uma exceção o caso do membro de uma das comissões, que não pôde concluir seu trabalho devido a impedimentos materiais." (p. 369);

2. "Explique a diferença de sentido entre as expressões destacadas nas frases de cada um dos pares seguintes: a) Aquilo parecia ter *algum valor* para ele / Aquilo não tinha *valor algum* para ele; b) *Certas pessoas* não têm senso crítico / É necessário escolher as *pessoas certas*; c) Você não vai provas *nada?* / Levantou-se da mesa sem ter provado *nada*." (p. 370).

Nesses exercícios, percebem-se traços de evolução na forma de avaliação da norma, mas não ao ponto da inovação absoluta. Isso significa que, apesar de embrionários, ou seja, imersos em blocos avaliativos majoritariamente classificatórios, tais exercícios representam um avanço em relação aos que comumente se encontram nas gramáticas normativas em geral. A análise dessa parte da obra de Infante (2001) se coaduna com os resultados do trabalho de Silva & Moraes (2011, p. 139), os quais re-

velam que, na verdade, "as inovações observadas em livros didáticos brasileiros não substituíram, inteiramente, as 'velhas' maneiras de ensinar gramática, mas revelaram tentativas de mudança em tempos de transição".

Relativamente à Parte III da obra em análise, trata-se apenas de um apêndice que pouco contribui para mudanças significativas na forma de se orientar o estudo de gramática. Ao revés, o Capítulo 36, intitulado "Problemas gerais da língua culta", restringe-se a apresentar condições de uso de pares cujo emprego é normalmente problemático, se consideradas as proposições de correção de um compêndio normativo. Quanto aos capítulos 37 e 38, nada trazem de inovação, já que é ordinário que obras como a de Infante (2001) dediquem algumas páginas às noções gerais de estilística, bem como a exercícios de vestibular, quando o livro pretende ser utilizado no ensino médio. Por esse motivo, essa parte da gramática não constitui interesse para este trabalho, ainda que infante (2001, p. 580) acredite que o conhecimento do conteúdo do Capítulo 36 seja uma "oportunidade de aperfeiçoar seu desempenho no que diz respeito à grafia e ao emprego apropriado de formas e expressões que costumeiramente causam problemas a quem pretende falar ou redigir português culto". Contudo, vale pontuar por fim que, até mesmo em capítulos em que se esperam constatações puramente normativas, o autor tenta conduzir com paridade os aspectos que permeiam tanto a fala quanto a escrita.

5. Considerações finais

A despeito da existência de contrapontos que aproximam a gramática de Infante (2001) aos compêndios de normas em geral, há, na obra do autor, indícios de inovação no que diz respeito ao tratamento que deve ser dispensado à língua. Essas peculiaridades modificativas, ainda que incipientes, merecem realce, pois se sabe que a evolução do tratamento normativo é verdadeiramente morosa e ocorre a contragosto de vários puristas defensores da variedade padrão como única possível, o que não é o caso do autor da obra analisada, que revela ter um pensamento mais flexível em relação ao tratamento da norma.

O primeiro ponto de flexibilidade em Infante (2001) é marcado pelos oito capítulos que compõem a Parte I da obra. De forma geral, o autor não pretende a elaboração de um manual de linguística, motivo pelo qual inúmeras temáticas afeitas à sociolinguística e à linguística (esta como grande área daquela) não são tratadas nessa seção do compêndio. O

autor, todavia, expressa o entendimento de que a língua é intrinsecamente social e de que tanto a língua falada como a escrita merecem abordagens respeitadas, com as peculiaridades que são inerentes a cada uma delas. Aliás, principiar uma gramática normativa com um número expressivo de capítulos que se dedicam à comunicação oral e escrita, valendo-se de alguns dos inúmeros matizes que revestem a linguística do texto, não é procedimento corrente nesse tipo de obra. Por isso, Infante (2001) acaba por desestruturar a suposta crença de que o tratamento normativo da língua pode configurar o desconhecimento da evolução dos estudos da linguagem.

Outro ponto que merece destaque na obra do autor diz respeito à forma adotada para a avaliação dos conhecimentos (Parte II) que a gramática prescreve, pois se propõe normativa. Ao combinar gêneros textuais diversos e de uso corriqueiro, tirinhas de humor, linguagem verbal e não verbal, à típica demanda classificatória de gramáticas em geral, o autor mescla duas necessidades: a de entender as nuances que envolvem a língua e diversificadas formas da manifestação do fazer linguístico, e a de classificar e reconhecer as terminologias que há muito foram sedimentadas pelo formalismo apregoado pelas gramáticas. Com efeito, a citada segunda necessidade (não se trata de necessidade, na verdade) é alvo das críticas de estudiosos que se preocupam com assentamento do caráter dinâmico da língua, em detrimento da estaticidade proposta pela padronização normativa. Não se pode, contudo, esperar de uma gramática um comportamento muito distante dos contornos históricos de sua formação. É por esse motivo que se chega à conclusão de que, na verdade, o autor não cumpre exatamente aquilo que propôs na Apresentação de sua obra, mas fornece indícios de mudança nos ensinamentos normativos ao considerar preceitos gerais sociolinguísticos na Parte I da obra.

Ante todo o exposto, cumpre finalizar, a respeito da obra de Infante (2001), que todo esforço no sentido de reconhecer a evolução da língua e de aplicá-la aos conhecimentos gramaticais que, por mais das vezes, estão estagnados no passado é verdadeiramente válido e, portanto, deve ser reconhecido. Nesse ponto, a *Gramática Aplicada aos Textos*, de Ulisses Infante (2001), agrega ao estudante conhecimentos que, possivelmente, não lhe seria posto à disposição em outro compêndio puramente normativo. Emerge, na concepção deste trabalho, um gramático neoformalista que, apesar de preocupado com a disseminação da norma-padrão, não o faz de forma impositiva e com caráter de dominação, mas

em consideração às nuances das diversas variedades existentes e das tonalidades próprias da língua falada e da escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística – Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007a.

_____. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – Parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: _____. (Org.). *Linguística? O que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

HANKS, William. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LYONS, John. *Língua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MENDES, Ronald Beline. Linguagem e variação. In: FIORIN, J. L. (org.). *Linguística? O que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, Alexandre da; MORAIS, Artur Gomes de. Entre tradição e inovação: um estudo sobre mudanças no ensino de gramática em livros didáticos brasileiros de língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Educação*, Minho, vol. 24, n. 1, p. 119-144, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v24n1/v24n1a06>>. Acesso em: 19-06-2014.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.